

**A “IV REGIÃO” DA FRELIMO
NO SUL DE MOÇAMBIQUE:
LOURENÇO MARQUES, 1964-65**

Teresa Cruz e Silva

A História da FRELIMO não se reduz às zonas onde se desenvolveu a luta armada de libertação nacional. A «Frente Sul» (correspondendo à divisão geográfica do país por zonas, compreendia as actuais Províncias de Inhambane, Gaza e Maputo), é um exemplo típico de uma outra faceta de luta, onde a sua natureza foi condicionada pelo seu distanciamento geográfico da direcção do movimento, sediada em Dar-es-Salaam; pelas dificuldades em encontrar uma retaguarda estratégica segura nos países vizinhos e pelo facto de uma boa parte da luta se ter desenvolvido nas zonas urbanas.

Com a fundação da FRELIMO em 1962, cresceu o número de nacionalistas clandestinos no Sul de Moçambique que tomaram contacto com este movimento, aderindo às suas ideias, ao mesmo tempo que cresceu o número de militantes que vindos de diversos pontos do Sul do país, tentavam alcançar Dar-es-Salaam, através dos países vizinhos.

No período compreendido entre 1963-1964, a FRELIMO desenvolveu a preparação das condições para o início da luta armada de libertação nacional em várias frentes.

Com o projecto inicial sobre a luta armada, abrangendo também o Sul de Moçambique, a direcção da FRELIMO em Dar-es-Salaam preparou algumas missões de reconhecimento e enviou militantes para esta região com tarefas específicas, ao mesmo tempo que criava uma base de apoio na Suazilândia.

Entre finais de 1964 e inícios de 1965, a rede de militantes que a FRELIMO enviou para o interior, para preparar as condições para uma eventual implantação da luta armada no Sul foi desmantelada pela polícia secreta portuguesa (PIDE). Seguiu-se um período de forte repressão, marcado por numerosas prisões, raptos e alguns assassinatos perpetrados pela PIDE, quer em Moçambique, quer na Suazilândia e África do Sul, com o apoio das polícias secretas destes países.

Através de uma breve abordagem da História da «IV Região» da FRELIMO no Sul de Moçambique, particularizada em Lourenço Marques, neste pequeno trabalho tentaremos analisar a natureza da luta que então se desenvolveu e a problemática da retaguarda.

estratégica de apoio, quer para o desenvolvimento de uma rede clandestina da FRELIMO, quer para uma eventual preparação da luta armada.

Muito embora a «IV Região» tivesse sido programada para implantar a FRELIMO no Sul de Moçambique, escolhemos Lourenço Marques, não só porque o conteúdo das informações por nós recolhidas se concentravam nesta zona, mas também porque ela acabou por funcionar praticamente como o cérebro de muitas operações.

Entre 1984 e 1986, desenvolveram-se no Centro de Estudos Africanos (CEA), alguns trabalhos de investigação que conduziram à elaboração de dissertações de licenciatura em História. Um dos temas tratados, foi a problemática da «IV Região». Nesse processo de investigação, muitos pontos ficaram por esclarecer, por falta de informação, razão pela qual decidimos voltar a pegar neste tema e publicá-lo, na base das informações então recolhidas, na esperança de que o mesmo possa suscitar polémica e debate.

A emergência de pequenos grupos de nacionalistas em Lourenço Marques, que serviram de suporte à formação da rede clandestina da FRELIMO, sua composição de classe e posicionamento perante a luta que se foi desenvolvendo; a composição em termos de classe, dos nacionalistas que participaram nesta luta decorrida num centro urbano onde se concentrava o maior número de elementos do operariado, e de uma «pequena-burguesia», são problemas que para nós, estão ainda por resolver, não só do ponto de vista factual, propriamente dito, mas também do ponto de vista de uma análise teórica.

O artigo que a seguir apresentamos, aborda a emergência de pequenos grupos de nacionalistas em Lourenço Marques, a implantação da FRELIMO no Sul de Moçambique e a «IV Região».

1 — A IV REGIÃO DA FRELIMO NO SUL DE MOÇAMBIQUE LOURENÇO MARQUES, 1964-65

1.1 — A Emergência de pequenos grupos de nacionalistas, antes da penetração da FRELIMO em Lourenço Marques

Antes de 1960, havia indicações da existência de grupos de nacionalistas moçambicanos no exterior. O período pós-60, foi no entanto decisivo em termos de desenvolvimento dos movimentos nacionalistas moçambicanos. Foi assim que se formaram grupos organizados, reivindicando já uma independência nacional. Dentro dos grupos surgidos nesta altura, destacamos a UDENAMO e a MANU, pela sua importância ao longo deste processo.

No interior do território intensificou-se também o desenvolvimento do movimento nacionalista tendo-se estabelecido contactos com os grupos do exterior.

No Sul de Moçambique, igualmente se foi desenvolvendo o movimento nacionalista, muito embora a sua situação geográfica e as ligações entre as polícias secretas da África do Sul e Rodésia com a PIDE (polícia secreta portuguesa), bem como a situação interna da região lhe dessem características diferentes. Aqui, alguns elementos haviam trabalhado na África do Sul e tinham já algumas ideias do tipo de luta desenvolvida no interior deste território; tinham igualmente alguns contactos com a Suazilândia e estavam informados do que se passava nos outros países vizinhos, sobretudo Rodésia e Tanganhica onde o sistema britânico de colonização permitia a existência legal de partidos políticos. Os ecos da existência da UDENAMO e da MANU, e a vinda de alguns nacionalistas da UDENAMO em missões clandestinas, chegaram a esta parte do território e em alguns casos, foi o próprio regime que, indirectamente, deu a conhecer aos moçambicanos, a existência destes partidos políticos, através das informações publicadas nos seus órgãos de comunicação social (1).

A intensidade da repressão policial não era de molde a permitir que se aplicassem algumas experiências dos países vizinhos no interior do território moçambicano, o que levou a que a maior parte dos nacionalistas operassem em grupos separados, muitas vezes de dois a três elementos.

Nos subúrbios de Lourenço Marques, surgiram vários grupos de agitação política, alguns dos quais mesmo antes de 60, como são os casos dos que existiram na Mafalala, Chamanculo e Lhanguene, que desafiavam a ordem e as leis coloniais. Por exemplo, entre 1958 e 1961, cartazes e panfletos manuscritos ou policopiados, apareceram primeiro na Mafalala, e depois no Chamanculo, colados à noite nas casas dos agentes da PIDE ou das suas amantes, ameaçando de morte ou pedindo independência imediata, ou ainda colados nas cantinas, avisando a população que a farinha, o vinho ou a sardinha estavam envenenados (2).

Este tipo de acções acima referidas, realizadas apenas com um carácter provocatório, ultrapassavam por vezes as expectativas dos seus autores, quando a intervenção, da polícia nos subúrbios da cidade, à procura dos culpados, acabava por mobilizar um contingente de homens, carros e cães, levando ocasionalmente ainda a boicotes temporários na compra de produtos alimentares suspeitos de estarem envenenados, pois as populações não os adquiriam durante um certo período de tempo, depois da colagem dos panfletos.

A forma de organização e actuação destes grupos, criou dificuldades na documentação do surgimento e desenvolvimento do movimento nacionalista, uma vez que os testemunhos encontrados (3), só por definição, podiam ter uma visão parcial e distorcida do processo global.

A fragmentação destes grupos pode ser vista como constituindo em si uma característica do movimento nacionalista em Lourenço Marques, onde uns tinham maior coerência e organização do que outros, e onde a própria actuação repressiva da polícia exigia cuidados extremos e formação de grupos muito pequenos e fechados.

Apesar da existência de uma documentação lacunar sobre o assunto que estamos a tratar, é possível fazer certas conclusões preliminares sobre alguns dos grupos que então trabalhavam na clandestinidade, para além de podermos desenvolver algumas hipóteses de trabalho, a rejeitar ou a confirmar posteriormente no processo de aprofundamento da nossa investigação.

Assim, em regra, os grupos de nacionalistas que operavam em Lourenço Marques nesta altura, falavam já de uma independência nacional e da eliminação da dominação portuguesa, onde o conceito de libertação nacional começava a ter um sentido mais claro, sendo equacionado com o estabelecimento de uma democracia política. Para alguns grupos, o inimigo principal era o indivíduo de raça branca, e uma definição mais clara do inimigo só se veio a fazer na maioria dos casos, com a FRELIMO. Não se colocava ainda a estes militantes da clandestinidade a eventualidade da utilização de meios violentos, como a luta armada, para atingir a libertação.

Embora não tivesse sido possível identificar toda a rede de nacionalistas clandestinos da área de Lourenço Marques, tivemos oportunidade de encontrar testemunhos que permitiram conhecer melhor um destes grupos que designaremos por «grupo 61-62», porque neste período, eles se destacaram aos olhos do público, com a sua prisão e julgamento tornados públicos pelos órgãos de informação coloniais (4).

O «grupo 61-62» formou-se em Lourenço Marques, reunindo-se regularmente para discutir problemas políticos, entre os quais as mudanças operadas em África e a situação de Moçambique, para trocar informações e literatura. Dos seus membros, poderemos destacar os nomes de Amaral Matos; Nuno Caliano da Silva; Daniel Henriques; Karimo Vazirna e Matos Alexandre Fumo. Alguns dos seus elementos tornaram-se mais tarde militantes da FRELIMO.

Através dos seus membros, o grupo mantinha ligações com o exterior, como é o caso de Amaral Matos que assumiu um pa-

pele importante na liderança do grupo, e que sendo radiotelegrafista da marinha tinha contactos com o que se passava no mundo, podendo seguir o desenrolar dos acontecimentos políticos em África, para além dos contactos com marinheiros de outras partes do mundo e operariado do cais. Outros elementos do grupo, como Issufo Aboobakar, Karimo Vazirna, Daniel Henriques e Nuno Caliano da Silva, permitiram contactos com Zanzibar, Comores, Suazilândia e África do Sul, o que poderia levar a dizer que a sua cultura política lhes permitia melhor compreender que o movimento nacionalista se desenvolvia já em muitas partes do continente, o que contribuía também para o fortalecimento da sua consciência política.

Neste mesmo período, existiram em Lourenço Marques numerosos grupos de nacionalistas, cuja extensão e acções concretas não conseguimos ainda identificar. Sabemos, entretanto, que em redor de Virgílio de Lemos, surgiram diversas células que se estenderam para algumas áreas no centro e norte do país, uma vez que este, na sua qualidade de delegado de propaganda médica conseguiu penetrar no seio dos trabalhadores da saúde, onde surgiram muitos desses núcleos políticos.

As informações até agora colhidas sobre o papel que Lemos teria desempenhado na liderança deste(s) grupo(s), são tão controversas que não nos foi possível uma conclusão sobre o assunto. Porém, tudo parece indicar que o seu papel na ligação com outros grupos, como por exemplo com o «grupo 61-62», foi importante, uma vez que ele tinha a possibilidade de viajar por todo o país e estabelecer contactos com diversas pessoas.

Não podíamos aqui deixar de referir, que a visita de Eduardo Mondlane a Moçambique, em 1961, serviu de elemento catalisador ao desenvolvimento do movimento nacionalista nesta região, onde ele foi recebido com calor e entusiasmo pelos seus compatriotas, muitos dos quais viam nele uma esperança de libertação do jugo colonial. Muito embora esta visita tivesse sido rodeada de segurança pela PIDE, Albino Maheche, um militante da clandestinidade, e um dos nossos testemunhos, refere-se ao facto de Mondlane ter mantido contactos com alguns moçambicanos, neste período. Como resultado destes encontros, um grupo de militantes, liderado por Virgílio de Lemos, teria elaborado um panfleto, programado para ser distribuído fora das fronteiras do país, por forma a denunciar a situação interna.

Depois do regresso de Mondlane, a PIDE intensificou as suas acções de repressão, e reforçou a vigilância nas zonas fronteiriças, tendo abortado o plano de distribuição dos panfletos acima referidos. Neste processo, foram presos os elementos do «grupo 61-62», julgados e acusados no mesmo processo que levou à cadeia Virgílio de Lemos.

A vaga de prisões e julgamentos havidos neste período em Lourenço Marques e a sua posterior divulgação nos órgãos de informação, criaram entre os nacionalistas e outros cidadãos duas posições contraditórias: por um lado, despertaram o medo da repressão, o que fez com que alguns recuassem com receio de virem a ser perseguidos e torturados pela polícia. Por outro lado, incentivaram-se outros a continuar a sua luta e a ingressarem nas fileiras do movimento nacionalista no interior, ou tentando sair de Moçambique com a certeza de que no exterior seria mais fácil lutar e fugir à repressão do sistema. Ao mesmo tempo, este tipo de informações criava em outras pessoas a esperança de liberdade, pois levava a conhecimento público a existência de grupos de indivíduos organizados na luta pela libertação do país.

Faziam parte destes grupos de nacionalistas clandestinos que trabalhavam em pequenas células de três, quatro ou cinco elementos, indivíduos que tiveram acesso à escola, normalmente com um nível básico de escolarização primária, e em certos casos, alguns anos de escolarização secundária, o que os colocava em situação de privilégio em relação à maioria dos moçambicanos, e portanto lhes dava oportunidades de acesso a melhores empregos. Com diferenciadas origens, e exercendo as mais diversas profissões, como pequenos funcionários públicos, motoristas, enfermeiros, professores, radiotelegrafistas, entre outros ofícios, conseguiram em certos casos agregar à sua luta, alguns operários, artistas, intelectuais, e, no geral, indivíduos de profissões liberais.

Sabe-se ainda, que na mesma altura existiram grupos de agitação política no seio dos estivadores, e uma movimentação política na zona de Liqueleva (Matola), talvez de carácter reivindicativo, e que nos numerosos grupos associativos existentes se iam forjando vários nacionalistas.

1.2 — A FRELIMO, no Sul de Moçambique e a IV Região

O desenrolar dos acontecimentos políticos no continente africano, agudizado pela explosão de independência nos anos 60, bem como o desenvolvimento da luta nacionalista nas colónias portuguesas e o agravamento da situação em Moçambique, onde o massacre de Mueda (1960) é um marco importante nesta luta, tinham funcionado como um alarme para o regime colonial, que tomara as devidas providências, reforçando as forças policiais e militares nas colónias. Consequentemente, a repressão cresceu e aumentou o número de prisões que se faziam à menor suspeita. Muitos moçambicanos começaram então a procurar refúgio

nos países vizinhos, tentando escapar à cada vez mais difícil situação do interior do território.

Com a fundação da FRELIMO em 1962, alguns nacionalistas moçambicanos, utilizando sobretudo a Suazilândia e a Rodésia como pontos de saída, tentaram atingir Dar-es-Salaam, para se juntarem a este movimento.

Na Rodésia, exilados moçambicanos e os partidos políticos legalmente existentes tentaram apoiar estes nacionalistas a caminho de Dar-es-Salaam. Na Suazilândia, os seus compatriotas e igualmente partidos políticos como o «Swaziland Peoples Party», e «Partido Progressista» (SPP), prestaram apoio aos refugiados moçambicanos. É também necessário destacar todo o apoio oferecido a estes refugiados, pelo ANC da África do Sul, bem como pelo «Bechuanaland Peoples Party», ao longo das rotas de clandestinidade até à Zâmbia, onde normalmente se estabeleciam os primeiros contactos com a FRELIMO.

A infiltração já existente no seio do movimento nacionalista, acrescida em larga medida pela conivência estabelecida entre a PIDE e as polícias secretas dos países vizinhos, levaram muitos moçambicanos à cadeia, sem que tivessem conseguido atingir Dar-es-Salaam.

O primeiro Congresso, que teve lugar pouco tempo depois da fundação da FRELIMO, deu orientações para a criação de «organizações e estruturas políticas no interior de Moçambique, que mais tarde serviriam de alicerces sobre os quais se lançaria a luta armada» (5).

Deste modo, deu-se início à preparação para a guerra, quer do ponto de vista de mobilização quer de recrutamento e treinamento. Para isso, foram utilizadas as redes já existentes no interior do país, que estiveram na base da organização do trabalho clandestino.

Muito embora o governo colonial tivesse montado uma rede de informações e perspectivasse já qualquer distúrbio, a FRELIMO conseguiu organizar o trabalho de mobilização e preparação para a guerra em Niassa, Cabo Delgado, Zambézia e Tete, e preparava a mobilização e organização para as outras províncias.

Desde finais de 1963 e inícios de 1964 que a FRELIMO vinha enviando para o interior do território a Sul de Moçambique, emissários para organizarem o reconhecimento da região e estabelecerem contactos com nacionalistas. Neste contexto, podemos registar o caso de Bomba (que acabou sendo preso pela PIDE), que por esta altura esteve em Lourenço Marques e Gaza; Matata Bombarda Tembe e Lopes Tembe, que em 1964, a partir da Rodésia fizeram o reconhecimento de algumas zonas do interior junto à fronteira, e Justino Mucal, que entrou em Moçambique em

1964, para distribuir informação e propaganda. Todas estas missões se enquadravam no objectivo de preparação do Sul para o início da luta armada de libertação nacional (6).

O trabalho desenvolvido pelos nacionalistas clandestinos no Sul de Moçambique, assumindo diferentes formas, com realce para o período pós-sessenta, foi também uma preparação para a implantação da FRELIMO nesta região, pois levou os militantes a crescerem e a caminharem para uma definição mais clara do inimigo.

O Departamento de Defesa e Segurança da FRELIMO, criou a direcção regional para Lourenço Marques, Gaza e Inhambane — «Região IV», com a respectiva estrutura, e nomeou para a chefia da direcção Maduna Chinana (Joel dos Santos Monteiro), com funções políticas e militares, e para o comando operacional, Matias Khumalo (Matias Mboa) (7).

Em Setembro de 1964, um grupo de guerrilheiros constituído por Joel dos Santos Monteiro; Justino Mucal; Daniel Malhaye-ye; André Manjoro; Lameque Michangula e Jossefate Machel, recebeu a missão de lançar no interior de Moçambique, as bases para a preparação do início da luta armada — a «IV Região». Embora estando sediados na Suazilândia, receberam a mesma missão, Matias Mboa e Ibrahim Abdullah.

Estes guerrilheiros, antes de terem penetrado no interior do território Moçambicano, tinham recebido uma preparação militar no exterior, nas áreas de sabotagem, paracomandos e luta subversiva, para além de terem passado pelo campo de formação político-militar de Kongwa.

A PIDE vinha acompanhando os movimentos de populações nas fronteiras de Moçambique, e com a colaboração das polícias rodesiana e sul-africana tinha já conduzido à cadeia alguns nacionalistas moçambicanos que haviam atravessado ilegalmente as fronteiras.

Foi assim que Matata Bombarda Tembe, encarregado de realizar uma missão de ligação com o interior, no seu regresso foi detido pela polícia rodesiana e entregue à PIDE, em Novembro de 1964. Os guerrilheiros que haviam recebido a missão de trabalhar em Moçambique, entraram aproximadamente entre Outubro e Novembro de 1964 no território moçambicano, pela área da fronteira rodesiana, junto a Gaza e Inhambane, tendo sistematicamente caído nas mãos da polícia, já no interior do território moçambicano (exceptuamos aqui, I. Abdullah e Matias Mboa). Apenas Joel Monteiro, que havia entrado por via Massangena, chegou a Lourenço Marques onde até à altura da sua prisão, em Dezembro de 1964, preparou o trabalho de implantação da «IV Região».

No interior do território moçambicano, o período pós-fundação da FRELIMO, correspondeu a uma onda de prisões e a um bruto aumento da repressão colonial, que provocou no seio dos nacionalistas um clima de desconfiança. Este foi o ambiente que Joel Monteiro encontrou à sua chegada a Lourenço Marques. Contudo, depois de ter feito as primeiras aproximações com elementos da sua confiança, como por exemplo Rodrigues Chale, entrou em contacto com outros militantes da rede clandestina de nacionalistas com quem trabalhou directamente ou indirectamente, entre os quais podemos citar os nomes de: Rodrigues Chale; Mateus Muthemba; Abner Sansão Muthemba; Milagre Muthemba; Rogério Djawana; Rui Nogar; José Craveirinha; Amaral Matos; Armando Pedro Muiuane; Luís Bernardo Honwana e Domingos Arouca, entre muitos outros.

Com alguns militantes da rede de Lourenço Marques, Joel Monteiro discutiu, planificou e organizou o sistema de luta clandestina nesta região.

Uma das características da luta clandestina, era até aí, a existência de grupos dispersos de militantes, que a força da repressão do regime isolava cada vez mais. Com a implantação da «IV Região», realizou-se um trabalho bastante positivo consistindo na organização do sistema de células clandestinas na cidade de Lourenço Marques.

Com a organização dos militantes em células, a mobilização passa de um sistema muito individual e pessoal, feito na base de contactos com amigos de muita confiança e das relações que cada grupo ia definindo, a um trabalho mais rigoroso e sistemático.

Aparentemente, o único objectivo da mobilização era o recrutamento de pessoas para o exterior, onde se juntariam à FRELIMO em Dar-es-Salaam, ou para operarem através da Suazilândia. Contudo, as orientações que Joel Monteiro trazia, levavam-no a preocupar-se com a criação de estruturas de apoio no interior, e os seus projectos incluíam a intervenção junto de vários grupos sociais, como operários, estudantes, funcionários públicos, religiosos, e outros possivelmente.

1.3 — O papel jogado pela Suazilândia no processo da luta clandestina em Lourenço Marques

A Suazilândia funcionou durante muito tempo como ponto de passagem para os refugiados moçambicanos que tentavam chegar a Dar-es-Salaam. Com o apoio dos moçambicanos aí residentes e partidos políticos aí existentes, alguns moçambicanos con-

seguiram sobreviver, até ao envio por parte da sede da FRELIMO, em Dar-es-Salaam, de um militante, Ibrahim Abdullah que tinha a missão de organizar estes refugiados.

Abdullah, depois de receber a missão de trabalhar para a «IV Região», juntamente com Matias Mboa, comando operacional da frente, passou a enquadrar esses mesmos refugiados no âmbito da luta clandestina que se desenvolvia no interior.

A partir da Suazilândia organizam-se operações ao interior de Moçambique, depois da oficialização da «IV Região» como frente de luta para o Sul, com as seguintes missões: reconhecimento de certos sectores estratégicos como quartéis; recolha de elementos estratégicos como efectivo e armamento do inimigo; ganhar certos elementos que trabalhavam no aparelho de estado colonial donde era possível obter informações úteis; trabalho de topografia e reconhecimento da região; contactos e distribuição de informações a nacionalistas do interior; distribuição de propaganda; mobilização de elementos para a rede clandestina e organização de militantes no interior para certas tarefas (8).

Tudo isto nos leva a supor que a Suazilândia teria sido escolhida pela FRELIMO para retaguarda de apoio estratégico durante o processo de preparação e desenvolvimento da luta armada de libertação nacional na região Sul, pois haviam-se já iniciado os preparativos para o alargamento das condições logísticas para os refugiados, e segundo alguns dos nossos testemunhos, com possibilidades de vir a criar um campo de treino militar (9).

A representação da FRELIMO na Suazilândia enfrentava contudo muitos problemas organizativos. Para além das dificuldades económicas e de carácter logístico (que não permitiam sequer fazer face às mínimas necessidades logísticas para os refugiados), as comunicações com a sede da FRELIMO eram extremamente deficitárias, o que criava entraves à realização de certas missões que requeriam a anuência superior, ou mesmo a coordenação de trabalhos, quer com Dar-es-Salaam, quer com o interior moçambicano. Muita correspondência era interceptada pela África do Sul, e mesmo as mensagens em código, seriam provavelmente interceptadas pelo inimigo. Isto pode ser confirmado através da leitura da correspondência trocada entre a sede da FRELIMO e a sua representação na Suazilândia (10).

A já referida colaboração entre a PIDE e a polícia sul-africana, bem como com a polícia suázi, não era de molde a permitir que a Suazilândia pudesse alguma vez funcionar como retaguarda estratégica para os militantes da FRELIMO desencadearem um processo de luta armada no Sul de Moçambique, e até mesmo para apoiar uma rede clandestina de militantes funcionando no interior do território moçambicano. A subestimação deste espec-

to, levou à prisão numerosos refugiados moçambicanos na Suazilândia, ou a caminho de Dar-es-Salaam, que eram em seguida entregues à PIDE. Noutros casos, como os de Mário Mondlane, Mangusso e Abdullah, estes foram raptados pela PIDE dentro do território Suázi, e com a conivência desta polícia, foram levados para Moçambique.

1.4 — O desfecho dos acontecimentos

Muitos dos militantes que partiam com missões para o interior de Moçambique não regressavam, porque eram presos pela PIDE no interior ou nas fronteiras, o que significava que havia uma infiltração no seio do movimento clandestino.

Ao que parece, quer por dificuldades de comunicação entre o exterior e o interior, quer talvez por descoordenação dentro da direcção da «IV Região», não se tomaram as necessárias precauções e medidas de segurança para a realização de um trabalho clandestino de tão grande envergadura. Deste modo, quer a infiltração existente no exterior (Suazilândia), onde operavam Matias Mboa e Abdullah, quer mesmo no próprio interior onde se lutava face a face com o regime opressivo, levaram à prisão a direcção da «IV Região», começando por Matias Mboa e seguindo-se Joel Monteiro, em Dezembro de 1964.

Entre este período e inícios de 1965, numerosos nacionalistas ligados à rede clandestina da FRELIMO, foram sucessivamente presos e torturados pela PIDE. Na mesma altura, numerosos moçambicanos conseguiram passar as fronteiras e refugiarem-se na Suazilândia. Contudo, destes, muitos acabaram por cair nas redes da PIDE no interior da própria Suazilândia, onde a infiltração era cada vez maior, ou noutros casos, caíam nas mãos da polícia sul-africana e depois eram entregues à PIDE. Podemos ilustrar esta situação com os casos de alguns moçambicanos, entre os quais se encontravam membros do NESAM (Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique), que viajando através da Rodésia, foram presos em Abril de 1964 (11). Mais tarde, 75 refugiados moçambicanos foram presos na África do Sul, a caminho de Dar-es-Salaam (12). Em 26 de Dezembro de 1964, a PIDE emitiu um comunicado oficial noticiando a prisão de elementos da «IV Região» da FRELIMO; em Janeiro, mais elementos ligados à rede clandestina foram presos pela PIDE (13). A PIDE acabou ainda por banir o «Centro Associativo dos Negros», por perturbar a ordem social e política e prendeu os seus dirigentes (14).

Aprisionada nas cadeias da PIDE, a direcção da «IV Região» da FRELIMO e os seus colaboradores mais directos, estava assim abortada a possibilidade de iniciar a luta armada nesta re-

gião, pelo menos nos meses seguintes, uma vez que a rede clandestina tinha sido destruída e desbaratada, e as medidas de segurança montadas pelo Estado colonial não permitiam uma reorganização imediata dos militantes que ainda se encontravam no interior de Moçambique e fora das masmorras da PIDE.

1.5 — A IV Região e a base de apoio para a sua implantação numa zona urbana — Lourenço Marques

A luta de classes que se desenvolveu no interior de Moçambique, ao longo de todo o processo que acabámos de referir, não pode ser vista como algo desligado da política concebida pelo Estado colonial português para as suas colónias, e as metamorfoses que a mesma foi sofrendo. Importa pois referir, que no período que estamos a tratar, embora o sistema colonial não oferecesse muitas aberturas para o crescimento de uma burguesia negra em Moçambique, foi o mesmo sistema que permitiu, sobretudo nas zonas urbanas e urbanizadas que alguns moçambicanos tivessem acesso a certos graus de ensino. Convém no entanto referir, que o número de estudantes que conseguiam uma bolsa de estudos para fazer estudos superiores no estrangeiro, nesta altura, era muito reduzido, ficando a maioria restringida ao nível básico primário, e outros ascendendo a alguns graus de escolarização secundária.

Embora não detentores de meios económicos, estes cidadãos tinham maiores oportunidades de acesso a melhores empregos e pela posição que ocupavam na sociedade, constituíam uma camada da «pequena burguesia» em regra concentrada nos centros urbanos. Os constrangimentos criados pelo regime colonial, na educação dos moçambicanos, fizeram assim desta camada da «pequena burguesia» o grupo social com maior acesso a contactos com o mundo exterior, por conseguinte, melhor conhecimento dos desenvolvimentos políticos mundiais e a nível do continente.

Muito embora Lourenço Marques concentrasse o maior número de unidades industriais, o seu operariado era insignificante, ainda muito ligado à terra, e não aparecendo organizado como classe.

A liderança do movimento nacionalista em Lourenço Marques, recaiu assim sobre a pequena burguesia, que embora se distinguisse de outros grupos sociais que participaram no processo de luta, quer nas cidades quer no campo, tinha de comum com todos eles a consciência nacionalista e os interesses, que a levavam a lutar para derrubar o mesmo opressor.

No processo de luta, a «pequena burguesia» não pode ser analisada como uma massa homogénea, estando sujeita a contradições internas. Assim, a «pequena burguesia» habitando em Lourenço Marques, se por um lado jogou um papel fundamental no movimento nacionalista nesta região, por outro lado, pressionada pelo Estado colonial que tentava ganhar este estrato social, que nas zonas urbanas era a criação do próprio colonialismo, através do sistema educacional, vacilou, aparecendo assim uma franja que aderiu ao sistema. A pouca consistência política que caracterizava muitas vezes camadas deste estrato social, levaram-no a ceder perante as prisões de pequenas erupções de nacionalistas, a trair, e muitas vezes a colaborar com o regime.

2 — CONCLUSÃO

Depois da «IV Região» ter falhado, as reformas aliaram pequenas franjas de militantes da FRELIMO no Sul do país, que enfraqueceram o combate nacionalista. A «pequena burguesia» ficou assim, um pouco à espera das transformações históricas que se iam operar.

A «IV Região», programada para abranger a zona Sul do rio Save, acabou por se concentrar em Lourenço Marques, que funcionou como o cérebro das operações no interior, que se ramificaram mesmo assim, por algumas zonas do Sul, ao mesmo tempo que numa acção pouco coordenada com o interior, a partir da Suazilândia se desencadearam operações de reconhecimento para o interior.

Podemos apontar como pontos relevantes que contribuíram **para a falha desta operação** programada para o Sul do país, e consequente desmantelamento da rede clandestina de nacionalistas da FRELIMO:

- a subestimação da aliança entre o regime colonial português e os seus vizinhos Rodésia e África do Sul, que levou à prisão a maioria dos quadros e dirigentes da «Frente Regional Sul», antes de terem realizado a sua missão no interior;
- do ponto de vista táctico, não se tomou em consideração que as operações de guerrilha precisavam de uma retaguarda segura de apoio, e que a dependência da Suazilândia em relação à África do Sul e à própria Inglaterra, não indicava este território como ponto garantido para o estabelecimento de refugiados moçambicanos ou a concentração de eventuais guerrilheiros;
- menosprezou-se ainda o facto de a «IV Região» enquadrar a capital de Moçambique, para além de outros cen-

tros urbanos, onde era preciso contar com a organização sócio-económica e cultural destas zonas para a preparação político-militar dos intervenientes desta acção;

- a falta de uma cultura de luta política na clandestinidade bem como de uma tradição analítica que permitisse compreender a natureza da opressão e exploração do regime colonial, e a definição correcta do inimigo em termos de classe, facilitaram a infiltração da PIDE dentro da rede, que contava com muitos elementos de uma pequena burguesia vacilante, que em alguns casos acabou por recuar;
- finalmente, a FRELIMO entrou no Sul de Moçambique numa situação extremamente difícil, pelo considerável aumento da repressão face aos receios existentes, depois dos acontecimentos de Mueda (1960), Angola (1961) e a fundação da FRELIMO (1962).

A tentativa da FRELIMO de organizar os militantes do interior, no Sul de Moçambique, integrando-os no projecto inicial de desenvolvimento simultâneo da luta armada em todas as frentes, se por um lado levou a um recuo tático (como aconteceu também nas frentes de Tete e Zambézia), por outro lado, conduziu a uma reavaliação do carácter do inimigo, e às suas armas de luta, bem como a uma reconsideração sobre os aliados regionais do estado colonial e à operatividade do campo de luta para a oposição ao colonialismo enquanto sistema dado. A nível diplomático, as prisões em massa que então se realizaram foram utilizadas pela FRELIMO para fazer uma campanha internacional de denúncia das atrocidades do regime, que contribuiu para trazer mais apoio para o movimento de libertação nacional (15).

AGRADECIMENTOS

Pelas preciosas informações prestadas, sem as quais não teria sido possível realizar este artigo, vão os nossos especiais agradecimentos a Abner S. Muthemba; Amaral Matos; Albino Maheche; Muheti Mbazima; Adelaide Matsombe; Matata Bombarda Tembe e Rodrigues Chale. Gostaríamos igualmente de agradecer, pelo apoio metodológico e críticas ao trabalho, a Jacques Depelchin, David Hedges, Bridget O'Laughlin, Coronel Sérgio Vieira e Alexandrino José.

NOTAS

(1) Vg. «Notícias», Lourenço Marques, 14.10.61; 6.04.62.

(2) Amaral Matos, 22.02.86 e 29.03.86, Maputo, entrevistas conduzidas por Teresa Cruz e Silva e Alexandrino José.

- (3) Vg. Cruz e Silva, Teresa «A Rede Clandestina da FRELIMO em Lourenço Marques (1960-74)», UEM, Maputo, 1986 (mimeo).
- (4) Vg. «Notícias», Lourenço Marques, 11.12.62.
- (5) Discurso oficial do C.C. ao I Congresso, in: «Documentos Base da FRELIMO», Maputo, 1977, pp. 61-62.
- (6) Matata Bombarda Tembe, 9.01.86, entrevista conduzida por Teresa Cruz e Silva.
— Vg. Cruz e Silva, op. cit.
- (7) Cruz e Silva, op. cit.
- (8) Idem.
— Albino Maheche, entrevistas conduzidas por Teresa Cruz e Silva, Alexandrino José, Maputo, 1986.
- (9) Idem.
- (10) Cruz e Silva, op. cit.
- (11) M. Mbazima, 28.09.85, entrevista conduzida por Teresa Cruz e Silva.
- (12) Cruz e Silva, op. cit.
- (13) Idem.
- (14) Mondlane, Eduardo «Lutar por Moçambique», Lisboa, Sá da Costa, 1975.
- (15) Idem.